

Editorial

Esta edição temática reúne publicações voltadas ao campo da preservação cultural, tema que, graças aos esforços de professores, investigadores, de várias instituições públicas e privadas, vêm constituindo um eixo de pesquisa importante no país, que se apresenta múltiplo e facetado. Assim, os artigos que aqui apresentamos sinalizam a diversidade de enfoque com que é possível tratar as relações entre patrimônio, território e cidade, abarcando reflexões de pesquisas em desenvolvimento em diferentes instituições de pós-graduação do Brasil (USP, IPHAN, UNINOVE, UFPE, UFMG, UFOP, USJT) e outras de fora do país (Universidade de Évora/Portugal e Universidade de Bologna/Itália).

Uma questão de fundo que permeia vários artigos é a sinalização de que há muito a avançar nas práticas cotidianas de conservação e valorização do patrimônio cultural, na medida em que se confirma a constatação acerca eficácia relati-

va do estatuto do tombamento como instrumento efetivo de preservação.

Os autores transitam pelos temas da paisagem cultural, dos chamados jardins históricos, do patrimônio industrial, passando pelos conceitos de patrimônio ambiental urbano, chegando ao tema do patrimônio moderno.

O texto dos autores, Claudio Galli, Jéssica de Fatima Rossone Alves, Juliana Maria Sampaio Faria, Kelly Dias Tagliati, Nicola Mari, Simone Patrícia Becker e Roberto Mingucci, *A influência da cultura europeia no desenvolvimento da doutrina e ensino de restauração arquitetônica no Brasil*, esboça um panorama das aproximações percebidas na cultura da preservação do patrimônio exercida no Brasil em relação aos conceitos e práticas desenvolvidos na Europa, considerando especialmente aqueles realizados na Itália, a partir de uma experiência

de pós-graduação no âmbito do programa de mobilidade acadêmica da Universidade de Bolonha, Itália, entre 2013 e 2014. Embora os autores reconheçam as acentuadas distinções existentes entre a produção no campo do restauro arquitetônico no Brasil e na Itália, pontuam a inegável influência exercida pela reflexão italiana, devido à consistência, densidade e atualidade de suas proposições. Os autores manifestam neste artigo seu posicionamento alinhado aos princípios da vertente crítica-conservativa, defendida por Giovanni Carbonara, desenvolvida na esteira da reflexão brandiana, embasada numa equilibrada relação entre conservação e inovação.

A discussão sobre a preservação da paisagem e dos jardins históricos é o tema do artigo de Solange de Aragão, Professora Doutora da UNINOVE, *A presença do jardim e da paisagem nas cartas patrimoniais e na legislação brasileira*. Partindo das cartas patrimoniais internacionais, em cotejo com a legislação produzida no Brasil, a autora estabelece uma narrativa pautada pelas questões estéticas e culturais que envolvem a paisagem humanizada e os espaços livres ajardinados. As conclusões a necessária conscientização e aprimoramento da comunicação entre os diversos agentes patrimoniais na difusão dos debates como forma de superar a intenção e alcançar medidas mais eficazes contra a degradação e a devastação da paisagem cultural.

Com interesse focado nos conjuntos patrimoniais desenvolvidos a partir da implantação das ferrovias no século XIX, em concomitância com o processo de urbanização de boa parte do território paulista, o artigo *A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira como campo de análise para a consolidação do Patrimônio Industrial*, de Taís Schiavon, doutoranda na Universidade de Évora, Portugal, utiliza a Chancela da Paisagem Cultural como parâmetro de análise para a discussão das políticas de preservação do Patrimônio Industrial Ferroviário. A autora chama a atenção para o fato de que “a identificação de nódulos pontuais permitiria a reconstrução histórica e cultural do Oeste Paulista”, uma oportunidade ímpar para a aplicação da Chancela da Paisagem Cultural, como instrumento capaz de conter a descaracterização da paisagem e propiciar a fruição desse patrimônio cultural, combinada com preocupações ambientais.

Patrícia Maria Fialho Álvares e Henor A. Souza, respectivamente, doutoranda do Programa de Engenharia Civil e Professor Titular da Universidade Federal de Ouro Preto, em *A legislação urbana e sua relação com a proteção do patrimônio cultural: o caso de Ouro Preto, MG*, tratam das relações entre a legislação urbanística e a proteção dos bens culturais, a partir do marco jurídico estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e dos instrumentos do Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional em 2001. O trabalho concentra-se no estudo da Cidade de Ouro Preto/

MG, apresentando o histórico da legislação urbanística local, alertando para o fato de que a existência de legislações urbanas em interação com as questões patrimoniais nem sempre é suficiente para lograr uma efetiva salvaguarda dos bens arquitetônicos e urbanos, condição a ser alcançada somente se as barreiras que se interpõem entre os instrumentos legais e sua efetiva aplicação forem transpostas. Os autores indicam, para tanto, a necessidade de não só de revisão permanente da legislação, mas também o aprimoramento da articulação entre agentes (e relativas instituições) responsáveis pelos diversos níveis de gestão, aplicação e fiscalização do aparato legislativo, de modo a consagrar os critérios de isenção e eficiência que devem ser pautados exclusivamente movidos pelo interesse público.

Os dois artigos apresentados a seguir referem-se à atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Daniela Acioli e Vinicius de Oliveira são pesquisadores bolsistas do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN e abordam temas de suas pesquisas em desenvolvimento nesse programa.

Daniella Acioli, em *Vilas Operárias e sua trajetória de reconhecimento e guarda pelo IPHAN*, analisa os critérios que embasam os processos de patrimonialização empreendidos pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) ao longo de sua trajetória desde sua criação em 1937, com ênfase na década de 1980 e, em particular,

os que se referem às vilas operárias. São examinados os estudos desenvolvidos pela Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC) consubstanciados no documento intitulado *Vilas e Congêneres*, e os relativos pedidos de tombamento que constam nesses estudos. A autora aponta a necessidade de se estabelecer canais de comunicação com a população, por meio de práticas cotidianas de educação patrimonial e de inventários participativos, de modo a ampliar a sensibilização da população. Essa estratégia poderia permitir que se difundisse o conceito de cidade-documento, como já se difundiu o de *cidade-monumento*, fazendo com que a população se torne efetivamente o melhor guardião do patrimônio, como sugeria Aloísio Magalhães.

Vinicius de Oliveira, em *Patrimônio ou (apenas) lugar? Discursos e lembranças como uma maneira de inventariar: uma análise sobre o caso do povoado de Salobra, cidade de Miranda/MS*, pautado pela relevância do inventário como instrumento de identificação, reconhecimento e difusão da noção de patrimônio cultural e da legitimidade de sua preservação para as futuras gerações, discute os conceitos de lugar e patrimônio aplicados a um povoado de pecadores do Mato Grosso do Sul não salvaguardado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa discussão é orientada por referências teóricas extraídas de Smith (2006), associadas à reflexão de Tamaso (2015), complementadas por Ferreira (2000), Massey (2008), Ribeiro (2011) e Tuan (2013), den-

tre outros autores. O pesquisador explora o tema do patrimônio interligado tanto à dimensão simbólica, e à atribuição de valores, que se mostra indissociável do artefato material, quanto à experiência antropológica de apropriação e uso cotidiano do território ocupado.

Brenda Bernardes e Raquel Gonçalves, ambas mestres pela Universidade Federal de Minas Gerais e professoras do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, no artigo *O Bairro Lagoinha como lugar de memória e a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (2014) - Belo Horizonte/MG*, atentas às transformações urbanísticas pelas quais tem passado o Bairro Lagoinha, situado em Belo Horizonte/MG, analisam a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos / Pedro I – Leste-Oeste (2014), aprovada pelo Conselho Municipal de Política Urbana, que pretende induzir a renovação urbana e adensamento de áreas significativas de Belo. Interessa ao trabalho relacionar as propostas urbanísticas direcionadas para o bairro, com as possíveis implicações ligadas aos aspectos históricos e socioculturais, tendo em vista a magnitude da proposta e possíveis consequências para os moradores de Belo Horizonte e suas relações identitárias com o local.

Andréa de Oliveira Tourinho e Barbara Belor-te, respectivamente, Professora da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade São Judas Tadeu e graduanda em Arquitetura e Urba-

nismo, pesquisadora do Programa de Iniciação Científica, trazem no artigo *Memória e mudança nas representações sobre a Penha: em busca de seu conhecimento* o resultado da pesquisa sobre o bairro da Penha realizada entre 2015 e 2016, procurando compreender a relação entre suas transformações e permanências urbanas. Tomando por base o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, a pesquisa procurou identificar as representações referentes à memória social e à percepção dos processos de mudança na Penha, utilizando ferramentas ligadas às novas tecnologias da informação. O estudo assinala, em sua conclusão, a limitação do tombamento que, apesar de indispensável para conter a destruição de certos bens culturais, é insuficiente para a preservação efetiva e valorização do patrimônio, mostrando-se fundamental o aprimoramento da articulação entre os órgãos de política urbana e de preservação para alcançar “uma relação equilibrada entre transformações e permanências urbanas na construção da cidade”.

Jacques Jesion e Paula De Vicenzo Belfort Mattos, respectivamente Mestrando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu e Professora da Graduação e da Pós-Graduação da mesma instituição, com o texto, *Wasth Rodrigues e Victor Dubugras, Dois Artistas em Conexão. Os Monumentos da Serra do Mar*, abordam a importância do conjunto arquitetônico e artístico dos monumentos da Serra do Mar, em São Paulo, projetados pelo arquiteto Victor Dubugras, e orna-

mentado com murais de azulejos criados por Jose Wasth Rodrigues, enquanto marco da paisagem e registro documental da ligação entre o planalto e o litoral. A pesquisa relata as origens das obras construídas em 1922, documenta o tombamento pelo órgão de proteção do patrimônio da esfera estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico em 1972, enfatiza a qualidade artística dos monumentos vinculados à produção moderna e a relevância de sua preservação associada às práticas de ecoturismo empreendidas no contexto atual.

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega e José Nilson de Andrade Pereira respectivamente, doutora e mestre da Universidade Federal de Pernambuco, participam desta edição com o artigo *Combateu o bom combate, acabou a carreira e guardou a fé: Reflexões sobre o edifício Caiçara*. Diante da demolição do Edifício Caiçara, situado à beira-mar, na cidade do Recife/ PE, no mês de abril de 2016, os autores dedicam-se ao registro de sua trajetória desde a sua inauguração em 1940, passando por sua caracterização como referência arquitetônica e paisagística, chegando a discutir as polêmicas que envolvem o descompasso entre o reconhecimento do patrimônio arquitetônico e sua valorização econômica. O caso é debatido à luz da Recomendação Sobre as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO, 2011), da Declaração de Sofia (ICOMOS, 1996) e dos conceitos ligados à Identidade Cultural (Hall, 2006). Abordam-se, assim, as defasagens temporal

e conceitual entre a normatização vigente e os conceitos que abordam a preservação do patrimônio cultural nos processos de preservação do patrimônio construído na cidade.

Fechamos este número especial com o artigo de Fernando Gobbo Ferreira, mestrando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, *Preservação da memória através de representações: o registro de arquiteturas residenciais modernistas da cidade de Ribeirão Preto utilizando a rede social Arquigrafia*. O autor pontua que a preservação da arquitetura moderna de Ribeirão Preto não recebe a mesma atenção dos edifícios ecléticos do século XIX, identificados com o ciclo da economia cafeeira, consentidos pela ótica consolidada do patrimônio oficial e institucional. O artigo, produzido a partir de uma pesquisa de mestrado em andamento, apoia-se no levantamento e na documentação de habitações das décadas de 1950 a 1970, consideradas de interesse cultural, apresentadas na plataforma digital *Arquigrafia*, pretende oferecer uma contribuição para ampliar a discussão acerca da preservação do patrimônio arquitetônico moderno.

Os Editores